

# Só Senado deu vitória na semana inicial

*Leitura de relatório da reforma administrativa acelerou tramitação da emenda*

JOÃO DOMINGOS e  
ISABEL BRAGA

**B**RASÍLIA – Na primeira semana de convocação extraordinária do Congresso, o Senado conseguiu produzir a única vitória do governo. Na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), os líderes governistas leram o relatório da reforma administrativa feito pelo senador Romero Jucá (PFL-RR) e avançaram na tramitação para que a proposta possa ser votada no plenário, no primeiro turno, no dia 11 de fevereiro.

Na Câmara, os governistas bem que se esforçaram para cumprir a única tarefa que o Palácio do Planalto encomendara para o início do trabalho extraordinário, mas não houve sucesso. Os líderes aliados deveriam instalar na semana passada a comissão especial da reforma da Previdência para garantir a votação em plenário no dia 11 de fevereiro, quando o Senado estará votando a reforma administrativa. O trabalho foi grande, mas o resultado, pífio: a comissão só será criada nesta terça-feira.

O Planalto foi derrotado na Câmara por um acordo entre o presidente da Casa, Michel Temer (PMDB-SP), e os líderes dos partidos de oposição. Decidido a não assumir a responsabilidade de acionar o rolo compressor do governo, Temer optou por um entendimento com as es-

querdas de fazer a instalação simultânea de mais duas comissões: a que vai tratar do projeto que restringe os poderes do presidente Fernando Henrique Cardoso na edição de medidas provisórias e a que examinará a proposta de uma Assembléia Constituinte restrita às reformas tributária e pífica em 1999.

**Balanco** – Nos primeiros quatro dias de trabalho dos deputados, apenas uma sessão deliberativa foi realizada, com votação simbólica. Uma garantia para a ausência visível de deputados em plenário, embora o painel eletrônico registrasse a presença de 310 parlamentares. Foram aprovados dois acordos internacionais e quatro requerimentos para a tramitação em regime de urgência de projetos consensuais.

Os deputados que decidiram esticar um pouco mais o recesso de fim de ano serão premiados pelo próprio regimento, que só prevê o desconto de um dia de trabalho no contracheque, embora tenham acumulado quatro faltas na primeira semana. Para efeito do desconto, são computadas apenas as sessões deliberativas (em que se realizam votações), e não as ordinárias, dedicadas ao debate. O valor do desconto só será conhecido no fim de janeiro, quando a Mesa Diretora da Câmara poderá calcular o valor de cada sessão. O cálculo é feito pela divisão da parte fixa do salário (R\$ 5 mil) pelo

número de sessões de votação realizadas.

As faltas não incidem sobre a primeira parcela da convocação (R\$ 8 mil), paga na abertura dos trabalhos. Quem marcar presença em mais de dois terços das sessões (deliberativas e ordinárias) receberá outros R\$ 8 mil no dia 14 de fevereiro, quando se encerra o período extraordinário. Mas quem tiver a ousadia de faltar além do permitido (mais de dois terços das sessões) poderá perder o mandato.

Diferentemente dos deputados, os senadores participaram de sessões plenárias durante todos os dias da semana passada, embora as principais decisões tenham sido tomadas pela Comissão de Constituição e Justiça. Na quarta-feira, a CCJ aprovou o projeto

**R**EGIMENTO  
PREMIA  
DEPUTADOS  
QUE FALTARAM

do contrato temporário de trabalho e possibilitou a leitura do parecer de Romero Jucá para a reforma administrativa, além de aprovar um projeto de repasse de R\$ 45 milhões da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) para o metrô de Recife.

O Senado também começou a debater a emenda constitucional que desvincula os militares dos servidores civis, além de aprovar quatro textos de acordos internacionais: com a Bolívia, com a Síria, com o Líbano e com as nações ibero-americanas.